

**OS “FIÉIS” DA NAVALHA:  
PEDRO MINEIRO, CAPOEIRAS, MARINHEIROS  
E POLICIAIS EM SALVADOR NA REPÚBLICA VELHA\***

*Adriana Albert Dias* \*\*

Topedera Piauí  
Coração in Bahia  
Marinheiro absoluto  
Chego pintando arrelia  
Quando vê cobra assanhada  
Não mete o pé na rodia  
Se a cobra assanhada morde  
Que fosse a cobra eu mordia  
Mataro Pedro Minero  
Dentro da Secretaria<sup>1</sup>

**A**s rodas de capoeira realizadas em diferentes espaços da cidade de Salvador ainda preservam as tradições dos conflitos de rua dos capoeiras da Bahia dos primórdios do século XX. As vidas de Pedro Mineiro, Samuel da Calçada e Besouro Mangangá podem ser entrevistas através das cantigas que ainda hoje acompanham e dão o ritmo a cada jogo, tal como a ladainha, acima citada, que se refere a um episódio da vida de Pedro Mineiro. Quem era este capoeira e que história era essa? Lenda? Mito? Fantasia? Não. No dia 28 de dezembro de 1914, um homem chamado Pedro Mineiro sofreu um atentado dentro da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia. Como veremos neste artigo, os fatos

---

\* Versão revisada do capítulo II da dissertação de mestrado *A Malandragem da Mandinga – o cotidiano dos capoeiras em Salvador na República Velha*, defendida em março de 2004 na UFBA. Agradeço a Frede Abreu pela cessão de documentos de seu acervo pessoal sobre capoeira no Brasil, e pelos comentários. Em especial, à professora orientadora Maria Cecília Velasco e Cruz pela leitura atenta, críticas e sugestões. Agradeço, ainda, ao parecerista de Afro-Ásia pelos comentários.

\*\* Mestre em História Social pela Universidade Federal da Bahia.

<sup>1</sup> Waldeloir Rego, *Capoeira Angola: ensaio sócio – etnográfico*, Salvador, Itapoan, 1968, p. 122.

relacionados a essa tentativa de assassinato nos permitirão aprofundar uma das dimensões da capoeiragem – o seu envolvimento com a capangagem política –, e também responder algumas questões: de que forma a ordem se comunicava com a desordem? Estaria a desordem por toda parte? Afinal, onde estavam os capoeiras? No mundo da ordem ou no mundo da desordem?

Aparentemente, tudo começou semanas antes do episódio ocorrido na Secretaria. Desde o início de dezembro a rua do Saldanha andava em pé de guerra por causa de um grande tiroteio promovido por marinheiros (que estavam “em promiscuidade” com “mulheres de vida fácil”) e outros “indivíduos afeitos à desordem”. Na ocasião, várias prostitutas foram presas acusadas de terem sido o “móvel” da confusão, e os marujos indignados foram até a casa do capitão Cyrillo para agredi-lo e exigir que ele colocasse as mulheres em liberdade.<sup>2</sup> Este fato causou um clima de grande tensão, que, tudo indica, foi aumentando com o passar do tempo.

No dia 26 de dezembro, um outro conflito a bala explodiu entre capoeiras e um grupo de marinheiros do torpedeiro *Piauhy*, chegado do Rio de Janeiro há três meses. O palco da desordem foi o *botequim do Galinho*, onde os marinheiros jantavam quando foram atacados pelos capoeiras Pedro Mineiro, Sebastião de Souza, e por um indivíduo chamado Antônio José Freire, também conhecido por Branco. O tiroteio durou cerca de 15 minutos, provocando grande alvoroço e muita correria. Todos os botequins, lojas, armazéns e residências da região fecharam portas e janelas, ficando em campo apenas os contendores, armados de faca e pistola. Na luta, dois marinheiros foram mortos: José Domingos dos Santos, que trazia consigo uma faca, e Francisco Hollanda Wanderley, cujo espólio nada tinha de valor.<sup>3</sup> Os demais marinheiros feridos conseguiram escapar e voltar ao navio. Pedro Mineiro, Sebastião e Branco tentaram fugir pelas ruas da Sé, mas foram presos por guardas civis e pessoas do povo, conduzidos ao posto policial mais próximo e de lá transferidos para a Secretaria de Segurança Pública.

---

<sup>2</sup> *Diário de Notícias*, 03/12/1914. Ver também *Jornal Moderno* e *Jornal de Notícias*, 03/12/1914.

<sup>3</sup> Arquivo da Marinha (RJ), livro *Mestre de sargentos, cabos e marinheiros*, filme 345, seção A, fls 269, acervo SDM (sistema de documentação da marinha), 34 (1912-1938/1906-1940).



Pedro Mineiro e Sebastião de Souza. *A Tarde*, 30/12/1912.

As razões desse conflito, logo designado de “o crime do Saldanha”, são um pouco confusas. A versão mais difundida é que ele foi consequência de uma briga entre Pedro Mineiro e um dos marujos envolvidos, ocorrida na noite anterior, por ciúmes de uma prostituta. Mestre Noronha narra, por exemplo, que o conflito do “botequinho de propriedade de Galinho no Largo da Sé” ocorreu porque a amante de Pedro Mineiro, a garçonne Maria José, aceitara o convite de um dos marujos que “pegou a gostar dela [...] foi quando Pedro Mineiro matou um marinho e jogou o outro pela janela do 1º andar [...]”.<sup>4</sup> No entanto, as declarações do sargento do posto policial da Sé, Marinho Vaz Sampaio, trazem novos elementos para a compreensão do fato.<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> Daniel Coutinho, *O ABC da Capoeira Angola: Os manuscritos de Mestre Noronha*, Brasília, DEFER/CIDOCA, 1993, p. 24.

<sup>5</sup> *Jornal de Notícias*, 28/12/1914 e 29/12/1914.

Segundo contou, dias antes, na rua das Campelas, ele fora atacado a tiros por um dos marinheiros envolvidos na refrega, que, aliás, já o tinha ameaçado desde a véspera por ter prendido uma meretriz. Nessa ocasião, Pedro Mineiro e Sebastião vieram em seu auxílio e foram agredidos por vários marinheiros, tendo existido, portanto, uma contenda anterior entre os dois grupos. Talvez ao invadirem o botequim do Galinho, os capoeiras pretendessem se vingar dos marujos, por vontade própria ou a mando do sargento, que acabou também sendo preso e acusado de ter sido o responsável pelo assassinato dos marinheiros.

O inquérito sobre “o crime do Saldanha” ocorreu na Secretaria de Segurança Pública. No dia dos depoimentos formou-se uma grande multidão em frente ao prédio. Pedro Mineiro foi um dos primeiros a ser interrogado. Segundo a imprensa, “perguntado qual a sua profissão, declara ser empregado da polícia e que exercia suas funções por toda a cidade; perguntado em que caráter, diz que de subdelegado da polícia e que não dizia como delegado, porque respondia ao dr. Delegado, pois se respondesse ao chefe, dizia como delegado, por lhe ser inferior; perguntado por ordem de quem se arvorava em autoridade disse que por ordem do chefe e do delegado”.<sup>6</sup>

Sobre o crime em si respondeu com evasivas, afirmando ser “secreta da polícia e que, estando em casa a tomar café em companhia de Sebastião e Branco, ouvira grande alarido na rua, pelo que saiu, sendo agredido por marinheiros, procurando se defender com uma faca, nada sabendo dizer sobre a morte dos marinheiros”.<sup>7</sup> A este depoimento se seguiu o dos dois outros réus, Sebastião e Branco, que também se declararam “secretas da polícia”, passando-se então ao auto de perguntas às vítimas. Foi aí que aconteceu o inesperado, um dos marinheiros do Piauhy, sentindo-se insultado, atirou contra Pedro Mineiro, dentro da chefatura de polícia e diante das autoridades. Assim, de acusado, Pedro Mineiro passou também a vítima, pois foi gravemente atingido no ombro, na perna e na região lombar.

---

<sup>6</sup> *Diário de Notícias*, 29/12/1914.

<sup>7</sup> *A Tarde*, 28/12/1914. “Secreta da polícia” era o nome dado aos indivíduos contratados pelas autoridades policiais para fazer algum serviço clandestino.

Esse ataque provocou, evidentemente, uma enorme confusão, com mais de vinte praças de polícia, marinheiros, oficiais de justiça e o delegado atropelando-se na correria, o que facilitou a fuga de Branco e Sebastião. Para evitar maiores danos foi chamado um piquete de cavalaria para montar guarda em frente à Secretaria, mas os dois réus já estavam longe. O capoeira foi, no entanto, perseguido por um marinheiro até a rua da Faísca, onde recebeu uma facada tão profunda nas costas que teve os rins atingidos. O saldo dos acontecimentos daquele dia foram as internações de Sebastião e Pedro Mineiro, levados ainda com vida ao Hospital Santa Izabel. Os marinheiros não se submeteram à prisão em terra, sendo conduzidos a bordo do torpedeiro Piauhy, onde, segundo o Capitão de Corveta, Carlos Alves de Souza, foram finalmente encarcerados.<sup>8</sup> Já Branco conseguiu mesmo fugir, e parece ter-se livrado da prisão, pois nada mais foi noticiado a seu respeito.<sup>9</sup>

Durante dias, o “crime do Saldanha” e o atentado a Pedro Mineiro foram manchete de primeira página, especialmente no jornal *A Tarde*. E como toda a imprensa se interessou pelo assunto, a troca de correspondência entre o Chefe de Polícia e o Comandante do Piauhy acabou sendo divulgada. Na primeira carta, Álvaro Cova, manifestando sua estranheza diante do fato de marujos requisitados a prestarem depoimento como “informantes e testemunhas de um processo” se “apresentarem armados em condições de praticarem tão vergonhosa selvageria”, declarou que o atentado feito a Pedro Mineiro dentro “edifício sede da alta administração policial do Estado” significava uma afronta, uma espécie de vingança dos marinheiros à própria corporação da polícia. Em resposta, o Capitão Carlos explicou que nenhum marinheiro tinha autorização para descer em terra armado, e que condenava formalmente tal atentado. Contudo, também deixou claro que seu maior intuito era evitar que seus marujos tivessem “conduta semelhante a dos agentes de vossa polícia secreta”, o que era

---

<sup>8</sup> Não custa lembrar que, sendo uma instituição militar, a Marinha possuía suas próprias leis. Assim, tanto os oficiais quanto os marinheiros não podiam ser presos por civis. Seus crimes e delitos eram punidos na maior parte das vezes pelo comandante do navio, ou, quando muito graves, submetidos a julgamento pelo Conselho de Guerra Naval. Uma análise das punições na Marinha de Guerra podem ser encontradas em Álvaro Nascimento, *A Ressaca da Marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2001.

<sup>9</sup> *A Tarde*, 29/12/1914.

uma agressão direta ao chefe de polícia. Cova não deixou por menos e respondeu com outra carta ridicularizando seus cuidados infrutíferos, pois apesar de “vossas recomendações”, o certo é que “tiveram os marinheiros armas para o grave atentado por eles cometido”, o que era a prova de que “os melhores comandos podem [ter] sob sua autoridade... maus elementos” como os agressores de Pedro Mineiro. E em tom sarcástico concluiu reproduzindo as palavras do Capitão e afirmando que se sentia feliz em saber que o comando dele, da mesma forma que sua Chefatura, “não dá guarita nem apoio a criminosos, como se sucede em outros lugares”.<sup>10</sup> Tais recriminações e insultos recíprocos têm como pano de fundo as rivalidades existentes entre os membros das forças armadas e das forças policiais, mas essa é uma questão que escapa ao escopo deste trabalho.

Cabe dizer, todavia, que o estado de saúde de Pedro Mineiro piorava a cada dia depois do atentado. E, segundo a matéria publicada pelo jornal *A Tarde* de 14 de janeiro de 1915, Mineiro, certo de sua morte, pediu a sua companheira Graciliana Maria da Conceição que lhe trouxesse uma roupa preta e uma navalha que deixara em sua mala, pois pretendia poupar seu sofrimento se suicidando. No entanto no momento em que levava a navalha até o pescoço, um dos policiais o impediu de se matar.<sup>11</sup> No dia seguinte Pedro José Vieira veio a falecer no hospital Santa Izabel, em virtude dos ferimentos. De acordo com o *Diário de Notícias*, o morto respondera a Júri quatro vezes e fora preso em uma centena de ocasiões. Antes de morrer confessou que “os autores da morte dos marinheiros do Piauí eram Sebastião de Souza e Conrado José dos Santos, mas que ele também tomara parte no conflito, espancando outros marinheiros do destróier”. Tinha 27 anos de idade e foi enterrado no cemitério da Quinta dos Lázarus.<sup>12</sup>

Tamanha celeuma e todos esses fatos tornaram Pedro Mineiro um dos capoeiras mais conhecidos na Bahia da Velha República. Sua fama ganhou as ruas, estendendo-se pelo mundo da desordem, onde se tornou uma espécie de mito, sempre lembrado pelos seus pares. Quatro anos

---

<sup>10</sup> *A Tarde*, 29/12/1914. *Gazeta do Povo e Diário de Notícias*, 30/12/1914.

<sup>11</sup> *A Tarde*, 16/01/1915.

<sup>12</sup> *Diário de Notícias*, 16/01/1915. O nome de Conrado José dos Santos não havia aparecido em nenhuma das notícias localizadas sobre o crime do Saldanha, exceto após a confissão de Pedro Mineiro.



Pedro Mineiro na morgue. *A Tarde*, 18/01/1915.

depois de seu morte, sua história continuava no imaginário popular, como se pode ver no relato jornalístico a seguir: “Está com o ‘espírito’ de Pedro Mineiro, diz a toda gente, e vai justificando suas façanhas. Ignoramos o nome desse desordeiro que assim se diz atacado de ‘espírito’, mas o que não podemos concordar é que a polícia não tenha conhecimento do fato. Esse Pedro Mineiro ressuscitado mora no Tabuão, onde à noite ataca e espanca os transeuntes que lhe caem nas garras”.<sup>13</sup>

O verdadeiro Pedro Mineiro se chamava Pedro José Vieira, um homem negro, de olhos pequenos, lábios grossos e nariz largo. Seu cabelo era crespo e tinha as sobrancelhas largas, usava um bigode ralo e

---

<sup>13</sup> *Diário de Notícias*, 29/10/1919.

costeleta, sinal típico da capoeiragem.<sup>14</sup> Tinha o corpo coberto por cicatrizes de ferimentos feitos por faca, navalha e canivete, mostrando que o corpo também conta história. Não era natural do estado da Bahia, havia nascido em 1887 na cidade de Ouro Preto, estado de Minas Gerais, por isso ficou conhecido pela alcunha de Pedro Mineiro. Aos vinte e poucos anos já se encontrava em Salvador, sabia ler e escrever, foi morador da freguesia do Pilar, e trabalhou como carregador e marítimo.<sup>15</sup> Era muito conhecido pelos agentes da ordem em virtude do seu comportamento valentão e das façanhas praticadas nas ruas de Salvador. Seu nome aparecia com frequência na coluna policial da imprensa baiana, sendo chamado de gatuno, capadócio, criminoso, facínora e célebre desordeiro. O principal palco de suas desordens era o Cais Dourado, mas também frequentava o “27 do Tabuão” e o “botequim do Galinho”.<sup>16</sup> Costumava arrumar desavenças com todo tipo de gente, outros capoeiras, mulheres, desordeiros, indivíduos comuns, marinheiros e principalmente policiais.

Numa ocasião foi preso por ter fraturado o braço da mulher com quem vivia. Seu nome era Constância Pereira dos Santos, descrita pelo jornalista como “rapariga também do tombo”, o que pode indicar que ela, tal como Pedro Mineiro, era capoeira, pois é provável que o ‘jogo do tombo’ fosse uma outra maneira de se referir à capoeira, já que a finalidade maior dos jogadores era derrubar o adversário.<sup>17</sup> O motivo da agressão foi mais uma vez o ciúme que, de acordo com a análise de Thales de Azevedo, era uma forma machista de demonstração de afeto. Tudo indica que para a

---

<sup>14</sup> Antônio Vianna, *Quintal de Nagô e outras crônicas*, Salvador, Centro de Estudos Baianos/UFBA, 1979, p. 8.

<sup>15</sup> *Diário de Notícias*, 16/06/1915 e APEBA, *Processo crime* de Pedro José Vieira (réu), códice 03/20, ano 1909 – este é o primeiro registro que temos da sua existência. Coutinho, *O ABC da Capoeira Angola*, p. 65.

<sup>16</sup> *Diário de Notícias*, 18/05/1911.

<sup>17</sup> A esse respeito, Raul Pederneira, cronista e caricaturista carioca nascido no final do século XIX, escreveu que “O principal objetivo do capoeira era o tombo, empregando para isso variados expedientes. Podia ser dado pela rasteira ou rabo-de-arraia (que muitos hoje confundem com o calço): o capoeira abaixa-se rápido, apóia as mãos no terreno e arrasta horizontalmente uma das pernas, tendo antes o cuidado de peneirar, isto é fazer uns passes bem disfarçados, umas ameaças enganosas, para que o parceiro não descubra o movimento: dava-se assim o tombo de ladeira, o banho de areia ou de fumaça e mandava-se o parceiro conversar com as formigas. Perito na rasteira, o capoeira pode atirar no chão em pouco tempo cinco ou seis pessoas”. Raul Pederneira, “A defesa nacional”, *A revista da semana*, 07/05/1921, apud Jair Moura, “Na Seara do Tombo”, *A Tarde*, 03/04/1999.



maioria dos homens da época, o amor significava o direito de posse sobre a mulher amada, amor que podia se manifestar através do uso da força física, quando não acompanhado de cacete, garrafa, faca, navalha ou revólver.<sup>18</sup> Constância, no entanto, parece não ter sentido tanto amor assim da parte de seu parceiro, mas sim a dor de sua agressão. Segundo ela, “Pedro Mineiro [...] faz-lhe todo este ciúme sem gostar vintém”.<sup>19</sup>

Esta não foi a primeira nem a última vez que Pedro Mineiro cometeu atos de violência contra mulheres. Na realidade, o universo da prostituição feminina de Salvador ocupou partes significativas do seu cotidiano. Neste ambiente, Pedro Mineiro aparecia ora agredindo meretrizes, tal como quando fez Maria Mosquitinha “voar pela janela” por ela ter “rejeitado a pau” o convite de um indivíduo; ora defendendo-as “das garras de seus algozes”, como num episódio em que elas estavam sendo espancadas por dois desordeiros que haviam invadido o cortiço (Pilar) onde moravam, e Pedro Mineiro, “praticando obra de paz, aplacou a ira dos outros capadócius”. Houve também uma vez em que nosso personagem arrumou um enorme conflito no restaurante “Aliança” (Cais Dou-rado). Nessa ocasião, ele, “mulheres perigosas” e “desordeiros” atiravam garrafas pela janela e, unidos, atacavam um inimigo comum – os praças de polícia.<sup>20</sup> Em função das cenas acima narradas, é possível supor que Pedro Mineiro tenha sido um cáften, que além de namorar, maltratar, explorar e exercer um certo poder sobre algumas prostitutas, também tinha a função de protegê-las da violência de outros.

Sua vida e o próprio crime do Saldanha apontam, portanto, duas questões relevantes e que merecem exame mais detido. A primeira refere-se à interseção do universo da capoeiragem com o mundo dos marinheiros. Dois elementos de cultura significativos e bastante reveladores do entrelaçamento desses dois mundos aparecem, por exemplo, no espólio de Francisco Hollanda Wanderley, um dos marinheiros assassinados. Lá estavam, em meio a dois chapéus, dois bonés e uma navalha de barba, um belo lenço

---

<sup>18</sup> Nélia de Santana, *A prostituição feminina em Salvador – 1900/1940*, (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, 1999), p. 13.

<sup>19</sup> *Diário de Notícias*, 08/08/1910.

<sup>20</sup> *Diário de Notícias*, 19/03/1914, 31/03/1913 e 13/12/1911.

de seda e dois “fiéis de navalha”.<sup>21</sup> O lenço de seda quase fala por si só. Como lembra Mestre Noronha, “o capoeirista nunca dispensou o seu cachecol de seda ao pescoço para sua defesa contra esta arma traiçoeira que se chama navalha”, porque, por mais afiada que fosse ela não tinha o poder de cortar a seda pura.<sup>22</sup> Os marinheiros, como bons frequentadores dos meios nos quais a capoeira imperava, também sabiam da sua importância. Mas, e os “fiéis de navalha”? O que tinham a ver com a capoeira?

O “fiel” era uma espécie de fio ou cordão usado nos navios pelos marinheiros para amarrar “fielmente” qualquer peça móvel à embarcação ou a eles próprios, e assim cuidar para que ela não se perdesse no convés, nem caísse no mar. Estes “fiéis” podiam ser feitos de vários materiais, inclusive elásticos. O “fiel de navalha” servia para atar à calça do marinheiro a sua navalha, que era um instrumento de trabalho específico e com diversas funções. Sua lâmina larga e resistente servia para cortar pano de vela, cabos e fios, e seu pino era usado para “descochar”, isto é, afrouxar os nós dos cabos. Seu uso se estendia à hora da refeição porque os marujos, que comiam apenas de colher ou até com as mãos, utilizavam-na para cortar a carne seca e o pão e, com seu pino, quebrar o biscoito, em geral mais duro do que pedra. É claro que esta navalha era uma arma usada em conflitos dentro ou fora do navio.<sup>23</sup> Ora, é fato conhecido que desde o século XIX alguns capoeiras serviram na Marinha de Guerra brasileira. Alguns foram recrutados à força pelas autoridades policiais, como forma de punição, e outros se alistaram voluntariamente, como meio de escapar da prisão.<sup>24</sup> Também é fato conhecido que a navalha era um instrumento de luta muito usada pelos capoeiras.<sup>25</sup> O que não é tão conhecido, é que

---

<sup>21</sup> Arquivo da Marinha (RJ), livro *Mestre de sargentos, cabos e marinheiros*, filme 345, seção A, fls 269, acervo SDM 34 (1912-1938/1906-1940).

<sup>22</sup> Coutinho, *O ABC da Capoeira Angola*, p. 60.

<sup>23</sup> Agradeço ao professor Pedro Agostinho pelas informações sobre os fiéis e as navalhas dos marinheiros.

<sup>24</sup> Sobre a presença de capoeiras na Marinha de Guerra ver Carlos Eugênio L. Soares, *A Capoeira Escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808/1850)*, Campinas, Editora da UNICAMP, 2001; Nascimento, *A Ressaca da Marujada*.

<sup>25</sup> Nos conflitos analisados na minha dissertação de mestrado, 49% das armas utilizadas por nossos personagens eram navalhas e diferentes tipos de faca, tais como faca costela de vaca, facão, faca de sapateiro, canivete, etc. Adriana Albert Dias, “A Malandragem da Mandinga: o cotidiano dos capoeiras em Salvador na República Velha – (1910/1925)”. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, 2004). Ver no apêndice D, tabela de armas usadas nos conflitos de capoeiras.

havia uma técnica muito perigosa e eficiente de lançar a navalha amarrada num fio elástico para atacar um adversário que estivesse distante.

Noca de Jacó, um capoeira nascido em Santo Amaro da Purificação em 1899, narrou seu aprendizado nessa forma de manejo da navalha. Primeiro disse que “dá muito trabalho” e “tinha que ter raça pra aprender e jogar, se arranha tudo, se corta todo”. Depois com gestos de corpo explicou: “tem que treinar [...] com a tora de bananeira” porque “a bananeira tem ‘nóia’ [nódoa], não dá pra ficar engatada, o diabo é tieco [reproduzindo o som da navalha sendo aberta]”. A pessoa “bota o pé aqui, amarrada aqui” e “manda ela lá, ela vai lá, dá o recado, e vorta doída”, isso porque “o cordão é de borracha” e fica preso à cintura, na passadeira da calça. Como o retorno é arriscado e pode ferir quem fez o lançamento, Noca acrescentou: “tem que aparar ela, dançar com ela enquanto ela se enrola, ela acabou de se enrolar, ela beliscou, [...] o caso é o senhor que amansa, espera ela se vestir”.<sup>26</sup> Dessa maneira, o capoeira tinha de novo junto a seu corpo e em suas mãos uma outra navalha – não mais um instrumento de trabalho, mas uma arma perigosa e traiçoeira.

Ou seja, o que desejamos enfatizar, é que a interseção do universo da marinhagem com o dos capoeiras era um chão para trocas culturais diversas, o que nos permite supor que o “fiel” de navalha dos marinheiros tenha migrado do mundo naval para as práticas de luta dos capoeiras em terra. Todas essas evidências sugerem haver de fato uma forte conexão entre a técnica de lançamento da navalha a distância, descrita por Noca de Jacó, e o “fiel” usado pela marujada. O marinheiro Francisco que morreu assassinado não devia ser um capoeira assim tão escolado, apesar do lenço de seda e dos “fiéis” de navalha não pôde se defender.

Mas não era só nos navios que capoeiras e marinheiros conviviam. A proximidade desses dois grupos também passava por uma personagem central às regiões portuárias, objeto de desejo que atraía marujos e capoeiras, assim como o mel à abelha: a prostituta, mulher quase sempre disponível às farras da noite e às delícias do sexo. Como vimos, foi justamente a prisão de uma meretriz, o motivo inicial do “crime do

---

<sup>26</sup> Entrevista com Ernesto Ferreira da Silva (Noca de Jacó). Santo Amaro da Purificação, Bahia, outubro de 1997. Agradeço ao professor Antônio Liberac C. S. Pires o acesso à fita gravada.

Saldanha”. Os marinheiros viviam isolados nos navios sob a vigilância e o controle de seus superiores, podendo ficar meses sem ver mulheres, a depender do tempo de embarque em alto mar. Os dias de licença em terra representavam, portanto, momentos de especial descontração, uma vez que os marujos além de se verem livres da disciplina e da hierarquia militar, podiam se entregar à vida mundana. Como afirmava um ditado popular de época: “boi solto lambe-se todo”.<sup>27</sup> Nesse espírito, assim que baixavam em terra os marinheiros invadiam a cidade à procura de alegria, prazer, liberdade e principalmente em busca da sensualidade feminina, da sua companhia e de sexo. Podemos dizer, portanto, que “à viagem do mar sucedia a viagem do corpo”.<sup>28</sup>

Nessas ocasiões, os marinheiros dirigiam-se aos mesmos espaços sociais onde os capoeiras se espalhavam: tavernas, casas de jogo e, sobretudo os botequins que eram pontos de encontro com prostitutas, tais como o “27 do Tabuão” e o “botequim do Galinho”. De fato, os marinheiros eram assíduos fregueses destes dois botecos e, não raro, aí se envolviam em confusões “por causa de mulher” – típica atitude dos valentões – ora por ciúmes, ora por problemas com repressão policial à prostituição. Um outro bar-restaurante pertencente a Jeronymo de tal e vizinho do “Galinho” também era muito freqüentado por eles, e local de tantas confusões que numa ocasião o subdelegado da Sé mandou fechar tanto um quanto o outro, para acabar com as badernas e os constantes ajuntamentos de marinheiros e praças do regimento policial.<sup>29</sup> Farras em botequins, comportamentos libidinosos com meretrizes, jogos de azar e brigas com a polícia eram situações tão comuns na vida dos marujos quanto na dos capoeiras. Em síntese, não só porque tinham na pobreza e na cor as mesmas origens sociais, mas principalmente porque marinheiros e capoeiras viviam misturados no mundo da desordem e dos divertimentos da orla marítima e adjacências, regiões portuárias que devem ser consideradas também como um espaço de interseção

---

<sup>27</sup> Orestes Barbosa, *Bambabã*, Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993, p. 30 (1ª edição 1923). Orestes Barbosa viveu entre 1893 e 1966, escreveu vários livros e foi um compositor de letras de samba.

<sup>28</sup> Myriam Bahia Lopes, “Porto, Porta, Poros”, in Stella Bresciani (org.), *Imagens da Cidade, Séculos XIX e XX* (São Paulo, Marco Zero, 1994), p. 76.

<sup>29</sup> *Diário de Notícias*, 12/05/1915.

dos universos da marinhagem e da capoeira. Foi muito provavelmente no porto que os “fiéis” de navalha desceram do convés e ganharam as ruas.

A segunda questão suscitada pelo “crime do Saldanha” diz respeito à incorporação de capoeiras, indivíduos vistos como “valentões” e “afeitos à prática de desordens”, ao quadro da polícia, que em tese seria o órgão responsável pela repressão a capoeiragem. Toda a imprensa veiculava, por exemplo, que Pedro Mineiro e outros desordeiros eram ligados à polícia. Mas seria isso verdade?

Embora os dados reunidos sejam escassos, é possível dividir a vida de Pedro Mineiro, em Salvador, em dois períodos diferentes e aparentemente bem demarcados. O primeiro corresponde aos anos compreendidos entre 1909 e o começo de 1912. Nesta fase, Pedro Mineiro morou nas ruas do Julião, do Cais Dourado e Caldereiras, sempre na freguesia do Pilar, e não só pernoitou muitas vezes no xadrez, preso por embriaguez, desacato à autoridade, vocabulário pornográfico e conflitos em geral, como também foi processado três vezes. A primeira, por tentativa de homicídio em agosto de 1909. Nesta ocasião ele invadiu um quarto do prédio nº 22 da rua do Cais Dourado, onde morava a meretriz Maria Francisca de Jesus, de apenas 16 anos de idade, mas a encontrou em companhia do caixeiro Cândido Britto. Enciumado, já que tivera muitas relações sexuais com ela, Pedro Mineiro atentou contra a vida de Cândido com um pedaço de pau e uma faca, e foi preso pelo sargento Carvalho no botequim que ficava no andar térreo do edifício. Três meses depois, foi processado mais uma vez por ter ferido um praça da Brigada Policial que fora prendê-lo por ordens do subdelegado da Conceição da Praia. Encontrado em um botequim do Cais Dourado, Pedro Mineiro resistiu à prisão e arremessando golpes de navalha contra os guardas que o perseguiram, fugiu pelo Caminho Novo e se refugiou no prédio nº 42 da Ladeira do Tabuão, onde residiam “mulheres de vida airada”. Ao subir as escadas, agrediu os guardas com um cacete e lhes atirou muitas pedras, mas acabou sendo preso. Em 1910 respondeu a seu terceiro processo, desta vez por ter espancado violentamente com um fio de ferro uma ex-amásia que morava no “27 do Tabuão”, simplesmente porque ela o acusara de ter roubado um lenço.<sup>30</sup>

<sup>30</sup> APEBA, *processos crimes* de Pedro José Vieira, “Pedro Mineiro” (réu), códices 226/09 e 215/03/20, ano 1909 e código 21/18/215, ano 1910.

Apesar desses fatos, ou talvez exatamente por causa deles, a partir de 1912 a vida de Pedro Mineiro tomou outro rumo. Seu nome praticamente desapareceu das colunas policiais da imprensa, reaparecendo apenas quando se envolveu no assassinato dos marinheiros do navio “Piauhy”. Segundo notícias publicadas no jornal *A Tarde*, logo após “o crime do Saldanha”, Pedro Mineiro teria declarado que cerca de dois anos e oito meses atrás, ou seja, por volta de abril de 1912, ele fora contratado pelo próprio chefe de polícia Álvaro Cova “para servir-lhe de capanga”, recebendo o vencimento de 70\$000 (setenta mil réis). Mineiro teria dito ainda que seu mandante “sempre esteve satisfeito com seus bons serviços”. De acordo com o mesmo jornal, o capoeira teria participado também da “mazorca” de janeiro de 1912, quando a cidade de Salvador fora bombardeada por forças federais com o objetivo de derrubar o governo estadual e preparar o terreno para a subida de Seabra ao poder.

É difícil saber se todas essas revelações da imprensa oposicionista são verdadeiras, mas são bastante plausíveis. Em seu próprio depoimento sobre a morte dos marinheiros, publicado em mais de um periódico, Pedro Mineiro declarou ser “empregado da polícia” e exercer suas funções “por toda a cidade”, embora tivesse explicado que era subordinado ao “delegado” e não ao “chefe”, isto é, ao dr. Cova.<sup>31</sup> Também o seu temporário desaparecimento das colunas policiais da imprensa local parece indicar que ele havia realmente mudado de vida, não sendo improvável que ele tenha mesmo se convertido em “secreta” da polícia. Afinal, uma das vantagens do posto é ter proteção dos mandantes em troca dos serviços prestados. Além disso, a trajetória de Pedro Mineiro não seria um caso isolado. É fato conhecido que muitos capoeiras atuavam como cabos eleitorais, especialmente em períodos de eleição. Este fenômeno ultrapassava, aliás, os limites temporais e geográficos do nosso objeto de estudo.

Segundo Manoel Querino, na Bahia dos tempos da monarquia, o “capoeira fora sempre figura indispensável nos pleitos eleitorais”. Às vezes ele era estratégico para afastar os eleitores indesejáveis e substituí-los pelos chamados “fósforos”, os falsos votantes, homens que, apesar de não ter direito a voto, ocupavam o lugar dos que eram qualifica-

---

<sup>31</sup> *A Tarde*, 28/12/1914 e *Diário de Notícias*, 29/12/1914.

dos para tal.<sup>32</sup> Outras vezes a capoeiragem era importante simplesmente para causar confusão, como Querino explica de modo claro:

o grupo político que dispunha de maior número de desordeiros, gritava: – É fósforo!

– Não é! – E fechava-se o tempo... Gritos, protestos, doestos, uma vozeria ensurdecidora e, por fim recorriam ao argumento decisivo – o cacete [...] Aproveitando a confusão do momento, o votante mais sagaz introduzia na urna um maço de chapas. Chamava-se esta ação – emprenhar a urna. De modo que a vitória das urnas estava na razão de quem dispunha dos maiores elementos de desordem, fossem paisanos ou fossem militares.<sup>33</sup>

No entanto, de acordo com o cronista, a violência e a fraude não eram os únicos métodos usados para conquistar a vitória nas eleições: o aliciamento e o clientelismo também grassavam. Nessa época, certas casas – as “cumbucas” – eram transformadas em “hospedaria e bazar”, onde eram reunidos “os votantes que tinham de eleger os juizes de paz, camaristas e eleitores que, por sua vez, elegiam os deputados provinciais, gerais e senadores pelo sistema denominado de dois graus”. A principal finalidade dessas “cumbucas” era manter sob controle os votantes que moravam distante da paróquia, fornecendo-lhes refeições e até roupas, sapatos e gravatas. “Rara era a freguesia que não possuía uma ‘cumbuca’, sobressaindo pela variedade de manjares, a que não faltavam o vinho velho da Figueira encorpada e muitas outras bebidas”. Enquanto esperava pelo pleito, o pessoal era entretido por candidatos e chefes políticos através de diversões, discursos e tudo o mais. De dia havia “mesas lautas”, à noite “ceias imponentes”, acompanha-

---

<sup>32</sup> A Constituição outorgada em 1824, que regeu o país até o fim da *Monarquia*, estabeleceu um processo eleitoral indireto, feito em dois turnos. No primeiro turno votavam todos os homens maiores de 25 anos e que tivessem renda mínima de 100 mil-réis. Eram os votantes que escolhiam os eleitores, na proporção de um eleitor para 100 domicílios. Os eleitores deviam ter renda de 200 mil-réis, e a eles cabia eleger os deputados e senadores. As mulheres e escravos não votavam, mas os libertos podiam se qualificar para as eleições primárias. Em 1881, a Câmara dos Deputados aprovou uma lei que eliminou a eleição em dois turnos e introduziu o voto direto. Mas ao mesmo tempo elevou para 200 mil-réis a exigência de renda, estabeleceu o voto facultativo e proibiu o voto dos analfabetos.

<sup>33</sup> Manoel Querino, *A Bahia de Outrora*, Salvador, Progresso, 1955, pp. 175-176.

das de “ardorosas modinhas, cantadas ao som dos violões e outros instrumentos”. Desses rega-bofes participavam políticos, votantes, turbulentos, capoeiras e aderentes, assim preparados para no dia das eleições trocarem a festa pela violência, se preciso fosse.<sup>34</sup>

O emprego político da capoeira também acontecia na Corte imperial, principalmente nas duas últimas décadas do segundo reinado. Nas disputas eleitorais entre o partido conservador e o partido liberal, a capoeira desempenhou um papel sabidamente importante, com a diferença de que os conservadores parecem ter cultivado tais alianças por um período mais longo do que os seus opositores, já que, segundo Soares, muitas vezes tiveram a malta Flor da Gente a seu inteiro dispor.<sup>35</sup> Com a República, houve algumas mudanças nessas práticas, mas as alterações foram de forma, e não de conteúdo. Isso porque, mesmo depois da campanha repressiva contra os capoeiras, encabeçada por Sampaio Ferraz no ano de 1890, e a conseqüente desarticulação das antigas maltas, a capoeira sobreviveu em caráter individual, e seus integrantes continuaram exercendo as antigas funções de guarda-costa de políticos, capangas e cabos eleitorais.<sup>36</sup> Tal acontecia porque, apesar de toda a propaganda republicana em prol da moralização do voto e pela valorização da cidadania, o advento do novo regime não trouxe qualquer transformação significativa nos tradicionais recursos empregados pelos políticos durante o processo eleitoral. A Constituição de 1891 eliminou a exigência da renda de 200 mil-réis, mas a exclusão dos analfabetos, juntamente com as mulheres, os mendigos, os soldados rasos e os membros das ordens religiosas, foi mantida.<sup>37</sup> Por outro lado, a violência, a fraude, a corrupção e o clientelismo continuaram sendo utilizados a torto e a direito como instrumento de conquista do poder, e esse era um fato que acontecia no país de norte a sul.<sup>38</sup>

<sup>34</sup> Idem. Sobre o significado de “fósforo”, ver José Murilo de Carvalho, *Cidadania no Brasil. O Longo Caminho*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, p. 34.

<sup>35</sup> Eugênio Soares, *A Negregada instituição: os capoeiras do Rio de Janeiro 1850/1890*, Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1994, pp. 219-233.

<sup>36</sup> Sobre o assunto, ver Luiz Sérgio Dias, *Da “Turma da Lira” ao Cafajeste. A sobrevivência da capoeira no Rio de Janeiro na Primeira República*, (Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000).

<sup>37</sup> Sobre as regras eleitorais anteriores à República ver nota 32.

<sup>38</sup> Para o uso político da capoeira no Pará, ver Luiz Augusto Pinheiro Leal, *Deixai a Política da Capoeiragem gritar. Capoeira e discursos de vadiagem no Pará republicano, 1888/1906* (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, 2002).



Na verdade, o maior trunfo para se vencer as eleições no Brasil daquela época era o controle das mesas eleitorais, que, por sinal, estava sempre nas mãos do governo. Mas como bastava o não comparecimento dos mesários para o pleito ser suspenso nas seções eleitorais, ambos os lados usavam a força para arrastar mesários fujões ou afastá-los de suas funções. O ideal, portanto, para a situação, era fazer eleições “a bico de pena”, isto é, apenas com a caneta, porque além de dominar as mesas, ela também controlava o processo de reconhecimento dos candidatos vencedores, feito pelos poderes legislativos, e nos quais sempre era majoritária. Assim, como a derrota da oposição era quase sempre líquida e certa, os principais recursos das forças oposicionistas eram estimular a agitação e o descontentamento da população, espalhando boatos terroristas sobre conflitos sangrentos, com o objetivo de amedrontar o povo e provocar a abstenção do eleitorado.

Essa questão nos traz de volta a Cidade do Salvador dos anos dez e vinte. No período por nós estudado, esses métodos de luta ideológica foram amplamente utilizados no acirrado conflito político existente entre as forças oligárquicas baianas. Os jornais anti-seabristas encheram-se de notícias sobre cenas de sangue e violência das quais o governo seria cúmplice, de denúncias de que “facínoras”, “capadócius” e “desordeiros” fariam parte da “legião eleitoral do chefe de polícia e do governo”, e até de que todos os estivadores seriam mancomunados com o governador, formando “a guarda negra da situação”.<sup>39</sup> Apesar do caráter tendencioso das matérias jornalísticas acima aludidas, é possível dizer com razoável grau de certeza que alguns capoeiras estiveram realmente em meio à pelo menos dois eventos políticos bastante divulgados pela imprensa da época – um anterior e outro posterior à morte de Pedro Mineiro.

O primeiro deles aconteceu a 19 de novembro de 1914, dia para o qual havia sido convocada uma reunião do Conselho Municipal, em um clima toldado por boatos de malversações do dinheiro público. O ambiente estava bastante carregado porque a animosidade entre os diferentes grupos políticos era explícita e os interesses em jogo eram muito gran-

---

<sup>39</sup> *A Tarde*, 28/12/1914 e 30/12/1914. *Diário da Bahia*, 30/12/1919. *Diário de Notícias*, 23/11/1914, 30/12/1919 e 10/02/1920.

des. Na reunião seria votado um projeto de obras públicas para a higienização da cidade, e segundo a imprensa, alguns conselheiros tinham sido subornados para que tal proposta fosse aprovada.<sup>40</sup> Também se dizia que parte do dinheiro de um empréstimo de 1,5 milhões de libras esterlinas concedido à municipalidade fora desviado pelo intendente Júlio Brandão e pela firma Guinle & Cia.<sup>41</sup> Assim, dadas as práticas correntes na época, não é de surpreender que uma verdadeira multidão tivesse ocupado o Paço Municipal, e que no meio dela estivessem soldados da polícia, guardas civis a paisana e diversos desordeiros já conhecidos da população. Tudo estava armado, portanto, para se produzir confusão, e ela acabou de fato acontecendo no meio da reunião.

O estopim do conflito – logo tachado de “a mazorca do Conselho Municipal” – parece ter sido uma discussão iniciada entre o guarda civil nº 106, que estava a paisana, mas de serviço, e o capoeira Samuel da Calçada, que estava acompanhado de Sebastião, o velho companheiro de Pedro Mineiro. Segundo declarações do próprio guarda civil, Samuel começou a insultar em voz alta um vereador na hora em que este ia revelar os nomes dos colegas subornados, quando ele o aconselhou a não se comportar daquele modo. Samuel da Calçada, que assim como Sebastião estava muito bem vestido, chamou-o, então, em particular, mostrou-lhe seu título de eleitor e lhe perguntou “se tinha ou não direito de falar”, ao que ele respondeu: “Pode votar, mas não dar apartes”. Neste momento Samuel deu-lhe uma bofetada, mas quando ele pegou seu revólver para se “desafrontar”, recebeu um tiro, que só o feriu levemente porque a bala bateu na sua carteira de identificação. Após esse primeiro disparo, outros se seguiram, e a confusão, é claro, se tornou generalizada. Nenhum vereador foi atingido, mas muitas pessoas ficaram feridas, e um alferes da polícia e um guarda civil a paisana foram mortos.<sup>42</sup>

---

<sup>40</sup> *Jornal Moderno*, 19/11/1914. *Jornal de Notícias*, 20/11/1914 e 21/11/1914.

<sup>41</sup> Verbete “A Tarde”, *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, (2ª edição), Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001, p. 5649. Júlio V. Brandão e a firma Guinle & Cia. “[...] foram arrolados em processo judiciário. Ainda em 1914, o supremo Tribunal Federal determinou o sequestro de 3.700 contos de Guinle & Cia. E o intendente foi afastado, durante certo tempo, de qualquer função pública administrativa no país”.

<sup>42</sup> *A Tarde*, 21/11/1914. Ver também: *Jornal Moderno*, *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias*, 21/11/1914.

De acordo com o vereador Azevedo Fernandes, “havia no recinto dois grupos de capangas”. Tudo indica que um deles era composto por membros da Guarda Municipal e do Corpo de Bombeiros e o outro por indivíduos ligados à polícia. Também se percebe que um dos grupos pretendia impedir que fossem feitas denúncias contra o intendente, mas as informações dos jornais não esclarecem direito quem eram exatamente essas pessoas, nem a que força política cada grupo servia.<sup>43</sup>

É interessante notar, todavia, que em pelo menos quatro noticiários Samuel da Calçada, também chamado pela imprensa de Samuel do Cova, foi citado como o grande motivador da desordem no Conselho, exceto no jornal *Gazeta do Povo* – órgão oficial de divulgação do partido situacionista até 1915, o Partido Republicano Democrata (PRD). Este diário em nenhum momento fez menção a sua participação no conflito, dizendo apenas que membros do Corpo de Bombeiros e da Guarda Municipal eram responsáveis pelo tiroteio. Também omite os nomes de outros capoeiras que estiveram envolvidos na desordem e que trabalhavam como “secretas” da polícia, como veremos a seguir.<sup>44</sup>

Segundo a imprensa, depois de interrompida a reunião, o conflito transbordou para rua. De acordo com o comunicado de um sargento ao chefe de polícia, um grupo de bombeiros disfarçados teria se dirigido para a Calçada, local onde, por sinal, um praça daquela corporação foi alvejado por Samuel. No Guadalupe também houve uma confusão envolvendo o empreiteiro de obras, capitão Juvenal Souto, que segundo o jornal *A Tarde* tivera sua casa invadida dias antes pelo próprio Álvaro Cova. É possível que esse empreiteiro estivesse de alguma forma ligado ao projeto de asseio da cidade que estava na pauta de votações da reunião desfeita pela “mazorca”, porque, de acordo com suas declarações, ao subir a ladeira da Praça, “em frente ao cartório do escrivão do Garcia, o desordeiro João Biray deu-lhe ordem de prisão”, ao que ele pediu explicações, já que não havia cometido crime algum. Nesse momento um “grupo de capadócios” o cercou, mas nada de mal lhe aconteceu devido à intervenção do guarda nº 204. O empreiteiro terminou o seu depoimen-

---

<sup>43</sup> *A Tarde*, 21/11/1914.

<sup>44</sup> *Gazeta do Povo*, 20/11/1914 e 21/11/1914.

to revelando que tal “grupo de capadócios” era formado por “conhecidos desordeiros”, entre os quais estavam Sebastião, Pedro Mineiro, Estevinho e João Veneno, todos homens que pudemos identificar como capoeiras.<sup>45</sup>

O segundo evento que entrelaça a ação de capoeiras aos fatos da grande política aconteceu a 25 de março de 1919, quase quatro anos após a morte de Pedro Mineiro, em um dos comícios de oposição ao governo de Antônio Muniz e em prol da candidatura de Rui Barbosa à presidência da República. Conhecido como a “mazorca da praça Rio Branco”, este ato foi expressão do embate político estabelecido entre Seabra e Rui Barbosa, tanto no plano estadual quanto no plano nacional, e aconteceu numa conjuntura que não era inteiramente favorável à situação.<sup>46</sup>

Antônio Muniz fora o candidato “bolso de colete” apontado por J. J. Seabra às eleições para o governo do estado em 1915, para continuar conduzindo a política baiana e garantir seu retorno ao poder em 1920. Contudo, uma vez eleito, o novo governador buscou aumentar o controle do executivo estadual sobre os chefes políticos municipais, chegando até a substituir alguns intendentos nomeados por Seabra para colocar homens de sua confiança no lugar. Com isso Muniz perdeu o apoio de vários coronéis e irritou profundamente muitos chefes políticos do PRD. Além do mais, os problemas socioeconômicos do estado agravaram-se com a Primeira Guerra Mundial, gerando uma carestia sem precedentes dos gêneros alimentícios. A população estava, portanto, muito insatisfeita, a crise era grande e a burguesia agro-comercial passara a lhe fazer forte oposição. Todos esses fatores enfraqueceram o poder do Partido Republicano Democrata e de seu chefe, J. J. Seabra, abrindo espaço

---

<sup>45</sup> *Jornal de Notícias, Jornal Moderno, A Tarde e Diário de Notícias*, 21/11/1914. Ver também a edição de 28/12/1914 de *A Tarde*. Esta notícia é a primeira manchete sobre o crime do Saldanha que acusava Pedro Mineiro e seus amigos de serem “os mesmos facínoras do Conselho Municipal”. Mestre Pastinha, *Capoeira Angola*, Salvador, Secretaria da Cultura da Bahia, 1988, p. 24. Coutinho, *O ABC da Capoeira Angola*, p. 65.

<sup>46</sup> Com a morte de Rodrigues Alves, recém-eleito presidente da República, Rui Barbosa foi o primeiro nome lançado para substituí-lo, sendo apoiado por Nilo Peçanha e as minorias oposicionistas de Minas, São Paulo, e Bahia principalmente. Seabra, por outro lado, apoiou a candidatura de Eptácio Pessoa, candidato de conciliação das oligarquias dominantes de São Paulo e Minas Gerais. Ver Consuelo N. Sampaio, *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação*, Salvador, Editora da Universidade Federal da Bahia, 1998, pp.141-143.

para a grande articulação oposicionista da qual o comício de 25 de março era apenas um lance bem calculado.<sup>47</sup>

Naquele dia, por volta das 17 horas o movimento era intenso na praça Rio Branco, lugar anunciado para o comício em favor de Rui Barbosa. Segundo o Diário de Notícias, que na época combatia vigorosamente as forças do poder estadual, “vários grupos e amigos dos chefes do partido situacionista” podiam ser vistos próximos à pastelaria Triunfo e à Intendência Municipal. Como Rui Barbosa não estava na cidade, subiram ao palanque seus aliados: Medeiros Netto, Miguel Calmon, Américo Pinto, Pedro Lago e Simões Filho. Mas bastou o doutor Medeiros começar o seu discurso para que um dos “afeiçoados da situação governista” gritasse: “Fora o orador!”, ao que se seguiu um grande tiroteio que dispersou a multidão. O primeiro a ser atingido foi Simões Filho, fundador do jornal *A Tarde*. Outros políticos ficaram feridos, mas ninguém morreu.<sup>48</sup> Como era de se esperar, o governo estadual foi o principal suspeito de ter contratado “matadores profissionais” para atirar nos organizadores do evento, e Álvaro Cova de protegê-los. Dentre esses “matadores profissionais” estavam dois capoeiras, Innocência Sete Mortes e Carestia de Vida, ambos acusados de chefiar o tiroteio.<sup>49</sup>

Já a versão do diário *O Democrata*, órgão oficial do PRD desde 1915, era diferente. Segundo seus jornalistas, quando Simões Filho começou a fazer a apresentação do principal orador, o Sr. Medeiros Netto, algumas pessoas do povo gritaram: “Não pode, não pode!” O chofer de Simões Filho teria disparado, então, o primeiro tiro, iniciando o tumulto do qual saíram feridos vários políticos, inclusive o seu patrão. Os articulistas esclareceram que em função dos lamentáveis fatos ocorridos, o secretário de polícia proibiu a realização de outro comício naquela praça ou em qualquer outro lugar a fim de prevenir a perturbação da tranqüilidade pública, mas nada disseram sobre a participação de capoeiras ou desordeiros no tumulto.<sup>50</sup> No entanto, apesar da divergência entre as

---

<sup>47</sup> Sobre as lutas oligárquicas baianas neste período, ver Sampaio, *Os partidos políticos da Bahia*, pp.131-140.

<sup>48</sup> *Diário de Notícias*, 26/03/1919.

<sup>49</sup> *Diário de Notícias*, 15/12/1919.

<sup>50</sup> *O Democrata*, 26/03/1919.

matérias jornalísticas acreditamos poder sustentar que a relação entre os capoeiras e o seabrismo não era apenas uma fantasia da oposição. Afinal, ela ficou preservada na própria memória da capoeira baiana.

Embora Rui Barbosa tenha conseguido reunir em torno de si vários grupos oligárquicos do estado, a política situacionista virou o jogo e garantiu sua vitória nas eleições federais em toda a Bahia. Exceto na Capital, onde a oposição conquistou expressiva maioria dos votos, o vencedor das eleições presidenciais foi Epitácio Pessoa. Segundo a historiadora Consuelo Sampaio, o “governo atribuiu essa derrota à ineficaz atuação do chefe de polícia, Álvaro Cova, simpático à candidatura de Rui”.<sup>51</sup> Cova pode realmente ter feito corpo mole porque tinha a faca e o queijo nas mãos. Desde de 1914 vinha sendo atacado pelos jornais da oposição e apontado como um chefe de polícia que apadrinhava desordeiros em troca de apoio político ao governo. Chegou a ser acusado até de ter “alguma prática de capoeira do tempo que tocava nos blefores”.<sup>52</sup> Mestre Noronha também contou que os capoeiras Estevinho e Duquinha – os “maiores valentões [...] da Bahia e muito respeitados” – eram seus cabos eleitorais, e pobre daqueles que “não cumprissem as ordens” da dupla, pois “seriam escorraçado da zona”. O primeiro deles esteve envolvido na “mazorca da praça municipal”, como vimos. Para Noronha, o “Doutor Cova” foi “um dos maiores chefes de polícia” do estado, porque “protegia todos os valentões desordeiros”, “só não protegia ladrão”. Além disso, em seus manuscritos, Cova aparece qualificado como “Nosso Padrinho”, ou seja, padrinho dos capoeiras.<sup>53</sup>

Todavia, apesar do testemunho de Noronha e das evidências encontradas, não é fácil saber com detalhes como se teciam as relações entre governo, chefe de polícia, delegados e capoeiras. Mas isso não tem grande importância para a análise que desejamos fazer. Para este artigo o que importa reter é que, embora Seabra tenha criado a Guarda Civil e instituído a polícia de carreira durante o seu primeiro mandato, o número de policiais continuava sendo insuficiente, a instituição mal aparelhada, e principalmente muito pouco profissionalizada. Seus cargos eram objeto de favor político e de relações de compadrio, o que, a propósito, acontecia em

---

<sup>51</sup> Sampaio, *Os partidos políticos da Bahia*, p. 142.

<sup>52</sup> *Diário de Notícias*, 24/01/1920.

<sup>53</sup> Coutinho, *O ABC da Capoeira Angola*, pp. 60-61, 65.

todo o Brasil, inclusive na capital federal.<sup>54</sup> Lá como aqui, capoeiras eram capangas, “secretas”, ou simplesmente guarda-costas, e por essa via muitos deles foram incorporados aos quadros da polícia. Esta pode ter sido a trajetória de Pedro Mineiro, já que segundo um documento publicado em *A Tarde* (e em nenhum outro jornal) ele pertencia ao Regimento Policial do Estado, mas certamente foi a de Innocência Sete Mortes, que passou realmente de capanga a guarda civil.<sup>55</sup> Isso significa que a relação estabelecida entre os capoeiras e a ordem não se limitava aos fins eleitorais e à grande política, mas que invadia outros domínios. Com efeito, havia várias outras maneiras da ordem se misturar com a desordem.

A mais visível delas ocorria através da própria interseção do conjunto de indivíduos vistos como desordeiros com o conjunto de homens que formava o corpo de polícia. Não era à toa que na opinião da imprensa da época, ao mesmo tempo em que a polícia era encarada como uma instituição fundamental à manutenção da ordem pública, também era vista como uma corporação que necessitava ser “higienizada”, porque para “moralizar o corpo de polícia da Bahia, [...], tem que arrancar muito mais joio, que anda prejudicando o desenvolvimento do trigo...”.<sup>56</sup> A imagem negativa construída em torno dos agentes policiais era antiga, vinha desde o século XIX, pois em geral tais agentes compartilhavam as mesmas características da população que deveria ser controlada – a cor negra, a pobreza de origem, os hábitos e costumes populares –, daí o discurso sobre a importância de “policiar a polícia”.<sup>57</sup> No período estudado, as reclamações do comportamento dos “mantenedores da ordem” tinham o mesmo tom e continuavam enchendo as páginas dos jornais, o que pode ser explicado por diversas razões, desde a origem social dos

---

<sup>54</sup> Relatório do chefe de polícia, *Diário Oficial do Estado da Bahia*, pp. 3081-3083 e 3087, 29/04/1917. Sobre a organização policial no Rio de Janeiro entre os anos de 1889 e 1907, ver Marcos Luiz Bretãs, *A Guerra das Ruas – Povo e Polícia na Cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1997.

<sup>55</sup> *A Tarde*, 30/12/1914. APEBA, Processo crime de Innocência Firmino de Souza, “Innocência Sete Mortes” (vítima), ano 1922, código 195/02/05.

<sup>56</sup> *Diário de Notícias*, 12/12/1913 e 01/10/1915.

<sup>57</sup> Alexandra Kelly Brown, *On the Vanguard of Civilization: Slavery, the Police, and Conflicts between Public and Private Power in Salvador da Bahia, Brazil, 1835/1888*, (Tese de Doutorado, Universidade do Texas, 1998) pp. 88-90, 238, 254-255. Segundo a autora, a polícia era constituída por homens não brancos, e muitos eram constantemente acusados de abuso de poder, ineficiência e envolvimento em todo tipo de desordem e divertimentos populares.

soldados, que não mudou sob o regime republicano, até a maneira como esses homens agiam no seu dia-a-dia.

Festas públicas, rodas de samba e ensaios de rancho faziam parte do universo lúdico de muitos policiais. Na noite de domingo, dia 06 de outubro de 1912, por exemplo, o policial militar Manoel Anacleto dos Santos, “armado de cinto e sabre”, foi ao ensaio do rancho do Avestruz na ladeira do Tabuão, e lá estava “tocando pandeiro e assim promovendo algazarra” quando foi avistado pela patrulha da rua do Paço. Ao perceber que estava sendo observado, Manoel “correu para o posto do Comércio, evadindo-se, sendo preso em cima de um telhado de uma casa em obra”.<sup>58</sup>

A própria capoeiragem, crime que o *Código Penal* de 1890 podia punir com até seis meses de prisão celular e que em casos graves de reincidência podia acarretar sentenças de até três anos de reclusão, era uma forma de luta e de divertimento de rua que atraía os agentes da ordem.<sup>59</sup> Não raro, moradores do centro da cidade enviavam cartas à imprensa reclamando do “procedimento incorreto de guardas noturnos da Sé, que se arvoram a espancadores de transeuntes, prendendo a torto e a direito, às vezes jogando capoeira, etc”. Amorzinho da Portela, por exemplo, um dos velhos parceiros de Mestre Pastinha, era um guarda que, mesmo sendo responsável pelo policiamento noturno das ruas de Salvador, não deixava de fazer a sua capoeira. Tirava a farda, colocava seu “kepi” e seu apito de lado, e caía na “vadiagem”.<sup>60</sup>

---

<sup>58</sup> *Diário de Notícias*, 08/10/1912.

<sup>59</sup> *Código Penal brasileiro contendo Leis, Decretos, Decisões dos Tribunais, avisos do Governo, cálculo da pena, figurados todos os casos e um índice alfabético pelo Dr. Manuel Clementino de Oliveira Escorel*, São Paulo, Tip. da Cia. Industrial de São Paulo, 1983, in Inezil Pena Marinho, *A ginástica brasileira* (resumo do projeto geral), Brasília, 1982, pp. 28-30. Artigo 402 – “Fazer nas ruas e praças públicas exercícios de agilidade e destreza corporal, conhecidos pela denominação de capoeiragem: andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumulto ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor, ou algum mal: Pena: prisão celular de dois a seis meses”. Artigo 403 – “No caso de reincidência será aplicada ao capoeira, no grau máximo a pena do artigo 400 [que dizia respeito à reincidência do crime de “vadiagem”, o qual era tratado no artigo 399], pena de um a três anos em colônias penais que se fundarem em ilhas marítimas, ou fronteiras do território nacional, podendo para esse fim serem aproveitados militares existentes. Parágrafo único – Se for estrangeiro será deportado depois de cumprir a pena”.

<sup>60</sup> *Diário de Notícias*, 04/01/1911. Agradeço ao pesquisador e antigo aluno de Mestre Bimba, Jair Moura, as informações sobre Amorzinho.



Por outro lado, uma série de notícias mostra a presença de muitos policiais, fossem eles guardas noturnos, inspetores de quarteirão, guardas civis ou policiais militares, no mundo da desordem. Lugares que, segundo as regras da época, deveriam ser vigiados e reprimidos por policiais, tal como o botequim situado no Bom Gosto da Calçada, onde a jogatina era intensa, recebia diariamente, “soldados da patrulha da polícia, de mistura com capadócios e mulheres de vida airada”.<sup>61</sup> Como se sabe, este não era o único boteco freqüentado por policiais, prostitutas, capoeiras e outros populares, haja vista o que se passava nos botequins da rua do Saldanha. Policiais também eram acusados de freqüentarem prostíbulos e desfilar em braços dados com meretrizes, ofendendo a moral pública, além de junto com o povo se entregarem ao jogo, prática que muitas vezes acabava em desordem, como pode ser visto no episódio que passamos a relatar.<sup>62</sup>

Foi numa tarde de domingo em dezembro de 1912. O inspetor Estevan Pedro Rego, da 3ª circunscrição policial, e o soldado Celso Francisco de Assis estavam jogando “*numa cumbuca*” situada no Mercado Modelo, quando discutiram e agrediram um capoeira apelidado de Chico Me Dá Me Dá. Este, como era de se esperar, reagiu aos insultos, mas recebeu um tiro do inspetor, que estava armado com um revólver e o assassinou friamente, numa clara inversão dos papéis. Chico Me Dá Me Dá, que era provavelmente o segurança da casa de jogo, tentou manter a ordem no recinto e foi morto pelo policial que estava fazendo desordem.<sup>63</sup>

Na verdade, não era apenas como seguranças contratados que alguns capoeiras tomavam conta de determinados espaços. Assumir o papel de autoridade era uma aspiração de muitos capoeiras, especialmente daqueles que se arvoravam a valentões. Pedro Celestino dos Santos, mais conhecido como Pedro Porreta, por exemplo, não era segurança nem policial, mas se comportava como tal. Só pelo seu apelido já se pode ver que este homem não era brincadeira. Waldeloir Rego contou que quando menino ouviu várias pessoas idosas comentarem que esse capoeira era

---

<sup>61</sup> *Diário da Bahia*, 03/05/1913. Ver também *Jornal de Notícias*, 08/01/1913.

<sup>62</sup> *Diário de Notícias*, 28/05/1910 e *A Tarde*, 11/09/1913.

<sup>63</sup> *Diário de Notícias*, 05/12/1918.

um sujeito que tinha a fama de gostar de bater. E gostava mesmo, como se pode comprovar por notícias dos jornais da época.

Numa noite de dezembro de 1920, ele e o capoeira Pedro Piroca estavam bebendo numa taverna bem perto do Elevador do Tabuão. A Baixinha (pequeno largo onde nasciam as ladeiras do Carmo, do Paço e do Pelourinho) já se encontrava meio deserta, e talvez por isso eles viram claramente quando Guruxinha e Rajado, ambos trabalhadores das docas, passaram pela calçada. Pedro Porreta chamou Rajado e perguntou: “– Que é que vocês vêm fazer nesta zona?” Receoso, Rajado foi logo explicando que estavam indo pegar uma roupa na casa de um alfaiate que morava na Baixinha. Ao que Pedro Porreta, em alto e bom som, retrucou: “– Pois estão os dois presos, porque aqui quem manda sou eu!” Ouvindo esta declaração, Rajado não pensou duas vezes, fugiu em disparada, mas seu colega de trabalho, revoltado, disse que não o conhecia como “autoridade” para lhe prender. Daí começaram os insultos e Pedro Piroca avançou em Guruxinha. “Porreta, neste ínterim, saca de uma navalha e começa a retalhar o seu inimigo, que também havia sacado do ‘moço’ – uma faca americana...”. Quando a polícia chegou, apenas Pedro Porreta estava ileso, pois com sua capoeira e sua ginga de corpo conseguiu se desviar de todos os golpes que rolaram na briga.<sup>64</sup>

Tanto Pedro Porreta quanto Pedro Piroca trabalhavam e viviam por ali. Ambos vendiam peixe no mercado Santa Bárbara, situado a praticamente uma quadra da Baixinha. Neste mercado funcionava uma espécie de restaurante popular, uma “cozinha africana” como dizia a imprensa da época, onde “as pretas luzídias em camisas decotadas, seios a mostra”, fritavam acarajés e enchiam as gamelas de mocotó ou vísceras de boi.<sup>65</sup> Além disso, tanto a Baixinha quanto o mercado Santa Bárbara eram lugares de capoeiragem.<sup>66</sup> Portanto, aquele não era um lugar qualquer. Para Pedro Porreta era mais do que um local de trabalho, era seu espaço de lazer, de conquistas amorosas, de alegria, e um território marcado pelos traços culturais que eram os seus. Guruxinha, além de ser seu

---

<sup>64</sup> *A Tarde*, 14/12/1920.

<sup>65</sup> *Diário de Notícias*, 04/08/1910.

<sup>66</sup> Coutinho, *O ABC da Capoeira Angola*, p. 20; e Jair Moura, *Mestre Bimba – A Crônica da Capoeiragem*, Salvador, Fundação Mestre Bimba, 1991, pp. 59-60.

“antigo desafeto”, trabalhava na cidade baixa, sendo, assim, de outro território. Pedro Porreta, ao contrário, se sentia dono daquela zona. Permitir que um inimigo entrasse no seu “pedaço” significava uma afronta a sua honra, pois na sua cabeça ali quem mandava era ele.

Nesta mesma época outras “zonas” ferviam com lutas de gangues, como no Rio, capital federal. Nas memórias do famoso Madame Satã, que alguns afirmam ter sido capoeira, este assunto também aparece. A zona de proteção de Satã era a Lapa, onde ficava o “Café Colosso”, e ele “fazia ponto”. Numa ocasião, os donos deste botequim escutaram um freguês dizer a outro que só entrava ali quando Satã estava presente, porque esta era uma garantia de que não haveria confusão. Moral da história, Satã foi contratado para fazer a segurança do tal café e a freguesia aumentou, isso porque, como ele mesmo explicou, “malandro não se metia na sua área” assim como ele não se “metia na área de malandro nenhum”.<sup>67</sup> Um samba atual, interpretado por Bezerra da Silva e chamado “Acordo de malandro”, descreve justamente esta regra de convivência que já existia entre as maltas de capoeira do Rio de Janeiro do século XIX, e até hoje há no morro. Logo nas primeiras estrofes vem a explicação do pacto: “Você manda lá em baixo, aqui em cima quem manda sou eu, eu não piso em seu terreno, nem você pisa no meu”. E a seguir o recado: “você fique sabendo que tá proibido pisar no meu lado, se subir vem caminhando, vai descer só carregado!”.<sup>68</sup> Ou seja, na lei da valentia a invasão de território é inaceitável. Por isso, Pedro Porreta, que se sentia a verdadeira autoridade da Baixinha na Velha Bahia, não deixou por menos a ousadia de Guruxinha de querer pisar na sua área e quase o matou a navalhadas.

É importante dizer, no entanto, que nem sempre era assim. Em outras situações, alguns capoeiras estavam de fato e de direito no papel de responsáveis pela manutenção da ordem pública, isto é, eram realmente policiais, e agiam no controle da população urbana, inclusive de outros capoeiras. Este é o caso, por exemplo, de Arestides de Santana, um capoeira morto por outro capoeira quando agia em nome da lei.

---

<sup>67</sup> *Memórias de Madame Satã*, Rio de Janeiro, Editora Lidador Ltda., 1972, pp. 71-72. Agradeço ao professor Álvaro Pereira do Nascimento o acesso a esta fonte.

<sup>68</sup> CD – Bezerra da Silva, grandes sucessos de Bezerra da Silva (CID), s/data.

Arestides de Santana era negro, solteiro, e antes de ser policial trabalhava como carregador na região portuária. Em 1913 foi processado por crime de lesão corporal por ter ferido dois capoeiras numa enorme confusão acontecida num cortiço da rua do Cais Dourado, condenado, mas logo depois libertado mediante o pagamento de fiança.<sup>69</sup> Esta condenação não o impediu de entrar para a Polícia Militar um ano depois, indo servir na Penitenciária do Estado. Nesta época, Arestides já havia se casado e era pai de quatro filhos. No dia 17 de dezembro de 1916, quando estava de serviço, sua carreira foi, no entanto, abruptamente interrompida, pois foi morto por Ignácio Loyola de Miranda, um capoeira a quem tentava prender.<sup>70</sup>

Uma situação parecida com esta, mas sem o mesmo desfecho trágico, foi vivida pelo capoeira José Albino dos Santos, vulgo Zebedeu. José Albino, também chamado na imprensa de “Zebedeu do Cova”, parece ter entrado para a polícia como prêmio pelos serviços de capangagem prestados a autoridades policiais. A 12 de outubro de 1916, quando já era agente da Brigada policial, foi encarregado de prender Manduca Moleque, que na noite anterior havia arrombado uma casa na Baixa dos Sapateiros e, junto com outros indivíduos, espancado e rasgado as roupas de uma residente do prédio. Manduca Moleque não foi capturado, mas desde então ele e Zebedeu tornaram-se inimigos. Meses depois, os dois se encontraram numa casa de jogo do bicho, e como Manduca, apesar de ter iniciado o conflito, acabou recebendo um tiro na mão, ambos foram presos e processados. Talvez a prisão do policial tenha alguma conexão com a sua reputação. Muitas pessoas testemunharam a seu favor, mas sempre deixando escapar que Zebedeu era um “tipo suficientemente conhecido pelas suas desordens”. Apenas o sargento Péricles Moreira ressaltou que ele havia sido “regenerado”. Já Manduca Moleque, carioca e chofer, foi descrito por todas as testemunhas como um “terrível desordeiro”, de “péssimo comportamento” e “comprador de briga”. Segundo consta na documentação policial, Manduca veio para a Bahia expulso pelas autoridades do Rio de Janeiro, e em Salvador já fora preso umas três vezes. No final do processo, ele foi enquadrado no

---

<sup>69</sup> APEBA, *processo crime de Arestides José de Santana e outros*, códice 215/24/09, ano 1913.

<sup>70</sup> *A Tarde*, 18/12/1916. *Diário de Notícias*, 19/12/1916.

artigo 303 – crime por lesão corporal –, e o policial Zebedeu foi inocentado, porque Cosme de Faria, seu defensor, alegou de modo convincente que os tiros haviam sido dados em legítima defesa, apenas.<sup>71</sup>

Não obstante, é importante enfatizar que, se em algumas ocasiões os capoeiras estavam no lugar de representantes da lei, em muitas outras estavam no lugar dos que sofriam o peso da lei. Na realidade, havia um ódio mútuo entre capoeiras e agentes da ordem. Para os capoeiras, brigar com a polícia era motivo de orgulho e prova de valentia, fato que é de conhecimento geral e que transparece até em suas cantigas: “Não estudei para ser padre, nem também pra ser doutô; estudei a capoeira, pra bater no inspetô (coro)”.<sup>72</sup> Para se ter uma idéia da brutalidade da ação policial e da intensidade que este ódio recíproco podia alcançar, basta lembrar o que Mestre Bimba narrava a seus alunos sobre os seus tempos de juventude. Segundo ele, a polícia “perseguiu um capoeirista como se persegue um cão danado. Imagine só um dos castigos que davam a capoeiristas que fossem presos brigando, era amarrar um dos punhos num rabo de cavalo e outro em cavalo paralelo. Os dois cavalos eram soltos e postos a correr em disparada”.<sup>73</sup> De fato, esta prática existia na Primeira República e era usada não só para castigar capoeiras, mas também para punir outras pessoas do povo, como se pode notar na notícia a seguir: “Anteontem [...] no distrito do Pilar duas praças da cavalaria, que faziam o policiamento local, traziam em galope desenfreado amarrado pelos punhos, entre dois animais, um pobre homem, que implorava misericórdia em altos brados”.<sup>74</sup> Pode-se imaginar os sentimentos desse infeliz e o que ele e muitos capoeiras podem ter tramado para se vingar depois. Com tais métodos, era difícil que pudesse existir paz nas ruas, até porque, mesmo quando estavam apenas se divertindo, os capoeiras tinham a polícia no seu encalço. Segundo o *Diário de Notícias*, por exemplo, na noite de quinta-feira, um dia depois da virada do ano de 1912 para 1913, em plena praça Castro Alves, “foram presos à ordem do sr. Dr. Delegado da 1ª circunscrição,

---

<sup>71</sup> APEBA, *processo crime de José Albino dos Santos*, “Zebedeu” (réu) e Manuel Bonifácio do Espírito Santo, “Manduca Moleque” (vítima), código 215/27/15, ano 1917.

<sup>72</sup> Jair Moura, “Capoeirista de antigamente não ‘brincava em serviço’”, *A Tarde*, 19/07/1971.

<sup>73</sup> Itapoan, *Bimba: O Perfil do mestre*, Salvador, EDUFBA, 1982, p.14.

<sup>74</sup> *Diário de Notícias*, 03/02/1917.

quando jogavam capoeira, os indivíduos Moizes Abraham, Ricardo Antonio Ciescencio, Paulino Espírito Santo, Manoel do Bonfim, Thomé Alexandrino, sendo recolhidos ao posto policial da Sé”.<sup>75</sup>

Cabe, então, perguntar: o que estariam fazendo na polícia homens como Zebedeu, Arestides de Santana e Pedro Mineiro? Procurando dinheiro fácil, ou proteção para os seus desmandos? Há várias respostas possíveis para esta pergunta, mas poucas serão assim tão simples e instrumentais. A vontade de ser policial não era generalizada entre os capoeiras, mas também não era incomum.<sup>76</sup> Ela decerto pouco tinha a ver com os benefícios financeiros do cargo, porque estes eram muito baixos, além de serem pagos frequentemente com atraso. O mais provável é que essa aspiração estivesse ligada à simbologia do poder e à possibilidade concreta de exercê-lo de modo legítimo. Afinal, o mais simples dos homens era capaz de perceber que os policiais e os soldados eram os braços armados do Estado.

Mestre Gigante, nascido em 1920 e que aprendeu capoeira nos anos 40, é um exemplo vivo de um capoeira que “queria ser polícia” de qualquer jeito, e só não foi por causa de sua baixa estatura. Seu sonho era antigo, desde que chegou em Salvador ainda rapaz ele pensava, “*eu vou ser soldado*”, “*vou ser polícia*”. Antes já havia tentado entrar para o exército, e pelo mesmo motivo não fora aceito. Nas suas tentativas de se integrar à polícia, o máximo que conseguiu foi trabalhar cerca de dois anos como inspetor de quarteirão. Este era o cargo mais baixo da polícia, o que fazia os piores serviços e não tinha salário, como ele próprio nos disse, “*não ganhava nada*”, só “*ganhava [...] para entregar a intimação*”. Mas logo explicou seu desejo: “*Fiquei invocado com negócio de farda*”, e completou: “*só pra ter aquele poder, ser aquela autoridade*”. Era isso, a farda do policial representava prestígio, direito de exercer poder, prender, agredir e não ser molestado por outros policiais. Seu caso não foi o único, como vimos nesse capítulo.

O paradoxo da situação é evidente. Gigante andava no meio da capoeiragem, fazia desordem, tinha raiva de policial e foi preso duas ve-

---

<sup>75</sup> *Diário de Notícias*, 03/01/1913.

<sup>76</sup> Dias, *Da “Turma da Lira” ao Cafajeste*, p. 81. O autor afirma que o desejo mais cobiçado pelos “cafajestes” – capoeiras que trabalhavam como capangas no Rio de Janeiro na primeira república – era entrar para a polícia.

zes, mas também era fascinado pelo uniforme, sua autoridade e seu poder. O mais curioso é que hoje, analisando a sua antiga posição, o velho capoeira percebe claramente que aquela era uma situação contraditória. Primeiro porque arriscava a sua vida, segundo porque não recebia quase nada, e terceiro porque “ganhava mais era inimizado”, pois “vagabundo não gosta de polícia”. Além disso, o pessoal da capoeira, os seus conhecidos “quando souberam que tava metido em negócio de polícia, eles tomaram ódio”. Mas ao contar suas estripulias como inspetor de quartelão mostrou que, de vez em quando, ele até livrava algum camarada da prisão.<sup>77</sup>

Os capoeiras, portanto, eram personagens bastante ambivalentes. Eram perseguidos pela polícia, mas também trabalhavam para a polícia; entravam em conflito com soldados rasos, mas realizavam serviços de capangagem para seus chefes em troca de proteção e quem sabe um título de agente da ordem; tinham ódio e fascínio pela figura do policial; enfim, viviam divididos entre o mundo da ordem e o mundo da desordem.

Como no contexto da velha Bahia, descrito neste artigo, praticamente não havia espaço para que o pobre vivesse com dignidade e justiça, as estratégias de vida dos capoeiras oscilavam entre a revolta e o embate direto às forças da ordem, e a participação de forma indireta neste jogo político maior, trabalhando como capangas, “secretas” ou mesmo como policiais. Para nós, esta situação revela que a polarização entre o mundo da ordem e da desordem não era rígida, e que na sociedade baiana (e brasileira) deste período a ordem se comunicava com a desordem, e que na prática a desordem estava em todos os lados, inclusive dentro do poder.

É por isso que nem sempre a relação entre capoeiras e policiais era permeada pelo conflito, apesar da violência e dos abusos de autoridade da polícia. Algumas vezes o capoeira era o próprio policial; em outras situações, capoeiras, desordeiros, populares e policiais conviviam nos mesmos espaços sociais e tinham comportamentos e costumes semelhantes.

---

<sup>77</sup> Entrevistas com Francisco de Assis (Mestre Gigante), Engenho Velho da Federação, Salvador, 01/02/2002 e 14/05/2002.

O próprio delegado Pedro Gordilho, que ganhou fama de ser a autoridade policial mais violenta e mais temida de Salvador por reprimir o jogo, a prostituição e especialmente os cultos de candomblé, e chegou a se tornar um “símbolo da perseguição”, parece ter sido ogã na casa de santo da Ialorixá Silvana, localizada em Periperi.<sup>78</sup>

Além disso, na imprensa não era difícil encontrar denúncias de atividades ditas ilegais sendo toleradas ou consentidas pelos agentes da repressão, tanto por ineficiência como por práticas de suborno. A maior parte das acusações era de tolerância à jogatina, principalmente quando praticada por membros da elite. Na expressão da gíria, a polícia muitas vezes era “boa camarada” e, em troca de uma contribuição pecuniária dos tavoleiros, fazia vistas grossas a tais estabelecimentos, ou concedia licenças autorizando seu funcionamento.<sup>79</sup> Como contou Mestre Pastinha sobre o dia em que foi convidado por um amigo para fazer a segurança de uma casa de jogo. Pastinha disse que antes de começar o serviço precisou ir com este futuro tavoleiro à casa do “Doutor Cova”, pois tinha “necessidade de ir no chefe de polícia para tomar uma licença para poder abrir a casa”.<sup>80</sup>

Tudo indica que neste período também era possível pagar e conseguir permissão policial para realizar uma roda de capoeira. Segundo um depoimento dado por Mestre Bimba, por volta de 1918, quando começou a ensinar capoeira, costumava reunir “seus alunos e das contribuições recebidas conseguia sete tostões para pagar na Polícia uma licença que lhe permitia jogar capoeira por uma hora [...]”.<sup>81</sup> Mestre Noronha dizia que na sua época para “se vadiar” muitas vezes era necessário pedir permissão às autoridades policiais, mesmo em dias de festas populares, a exemplo da festa de Nossa Senhora da Conceição.<sup>82</sup> Portanto, para entender os capoeiras em Salvador, durante a República Velha, é

---

<sup>78</sup> Ângela Luhning, “Acabe com este Santo, Pedrito vem aí... - Mito e Realidade da perseguição policial ao candomblé baiano entre 1920 e 1942”, *Revista USP*, 28 (1995/1996), pp. 195-197.

<sup>79</sup> Evaristo Moraes, *Reminiscências de um rábula criminalista*, Rio de Janeiro/Belo Horizonte, Editora Briguiet/Col. Minerva, Vol. 1, 1989, pp.142-143.

<sup>80</sup> *Revista Praticando Capoeira - Especial*, CD Mestre Pastinha eternamente, Salvador, Ed. D+J Ltda., nº 4, 1999/2000.

<sup>81</sup> *A Tarde*, 06/02/1974.

<sup>82</sup> Moura, “Capoeirista de antigamente não ‘brincava em serviço’”.



preciso levar em conta todas estas questões paradoxais. Na realidade, não há dúvida que havia repressão à capoeiragem, todavia ela não era absoluta e também havia maneiras de burlá-la, principalmente através do suborno e de vínculos personalistas. E mais do que isso, nem sempre policiais e capoeiras estavam em campos opostos, já que podiam inclusive compor uma mesma cena numa roda de capoeira.<sup>83</sup>

---

<sup>83</sup> Segundo Mestre Noronha, em 1917 havia uma roda de capoeira na Curva Grande do Garcia que “era de um sargento da polícia militar”. Ver Coutinho, *O ABC da Capoeira Angola*, p. 30.